

23. TUB—TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA - ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVAMENTE AO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA FORNECIMENTO DE GASÓLEO:

Submete-se ao Executivo Municipal a assunção de compromissos plurianuais relativamente ao Concurso Público Internacional para fornecimento de gasóleo simples a granel para a frota de autocarros da empresa acima referida.

Exmo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Braga
Dr. Ricardo Rio
Praça do Município
4700 BRAGA

V/ Ref.ª: Data: N/ Ref.ª: 39/ADM Data: 06-03-2017

Assunto: CONCURSO GASÓLEO

Ex.mº Sr. Presidente da Camara Municipal de Braga

Os Transportes Urbanos de Braga pretendem lançar um Concurso Publico Internacional para fornecimento de gasóleo simples a granel para a frota de autocarros desta empresa.

Pretende-se que o Concurso Publico Internacional de origem a um contrato de um ano, que só produzirá efeitos com o visto prévio do Tribunal de Contas, e que poderá ser renovado, por decisão da entidade adjudicante, por períodos de um ano até ao máximo de duas renovações ou até ao momento em que atinja o seu valor contratual máximo de 7.500.000€.

Atendendo a que este período de tempo ultrapassa o período de um orçamento anual, vimos por este meio solicitar à Camara Municipal de Braga autorização para assumir compromissos plurianuais para este efeito.

A ADMINISTRAÇÃO


(Teotónio Andrade dos Santos, Engº)

*À Dr. Inês Pedro,
Para apreciação.*

17.03.09



SATAPOCAL

**Subgrupo de Apoio Técnico
na Aplicação do POCAL**

Nota Explicativa

Entidades Públicas Reclassificadas

O "Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica", determinou a obrigação de apresentação de contas consolidadas, numa base de caixa, para todo o perímetro do Estado, incluindo empresas reclassificadas. Esta medida surge da *"necessidade de melhorar o atual reporte mensal da execução orçamental, em base de caixa, para as Administrações Públicas"*, incitando que o perímetro fosse progressivamente ampliado por forma a incluir o SEE e as PPP reclassificadas no âmbito das Administrações Públicas e as administrações local e regional.¹

De acordo com o preconizado no nº 5 do artigo 2º da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO) ², *"Para efeitos da presente lei, consideram -se integrados no sector público administrativo, como serviços e fundos autónomos, nos respetivos subsectores da administração central, regional e local e da segurança social, as entidades que, independentemente da sua natureza e forma, tenham sido incluídas em cada subsector no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, nas últimas contas sectoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, referentes ao ano anterior ao da apresentação do Orçamento."*

Em termos de elaboração de orçamento, os princípios a utilizar deverão obedecer aos previstos na LEO e nas referências normativas constantes das circulares exaradas pela DGO. As entidades públicas reclassificadas (EPR), passando a integrar o perímetro das Administrações Públicas, deverão passar a utilizar também a contabilidade orçamental. De notar que esta obrigação não afeta a contabilidade elaborada de acordo com o SNC, sendo antes como que um módulo adicional.

A elaboração do orçamento e dos documentos de prestação deverá ter em conta esta especificidade, implicando assim a utilização do classificador económico em vigor para o setor em que a EPR se enquadra, neste caso deverá utilizar o classificador económico previsto no POCAL.

No que respeita às diversas fases da execução orçamental que são aplicáveis às EPR, o Decreto-Lei de Execução Orçamental deve definir as disposições pelas quais se deverão reger, expectando-se que, para o ano 2015, as mesmas não divirjam

¹ "Instruções de suporte à integração das Entidades Públicas Reclassificadas", publicado pela DGO, (2011)

² Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, na sua atual redação

significativamente face às constantes do Decreto-Lei de Execução Orçamental para o ano 2014, o qual estabelece no seu artigo 21.º que:

"1 - As EPR integradas no setor público administrativo como serviços e fundos autónomos atento o disposto no n.º 5 do artigo 2.º da Lei 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei 37/2013, de 14 de junho, regem-se por um regime simplificado de controlo da execução orçamental, não lhes sendo aplicável as regras relativas:

- a) À cabimentação da despesa;*
- b) Às alterações orçamentais, com exceção do disposto nas alíneas a), c) e d) do n.º 2 do artigo 7.º;*
- c) À transição de saldos;*
- d) Aos fundos de maneo previstos no artigo 14.º;*
- e) À adoção do POCP, constante do artigo 17.º;*
- f) À regra do equilíbrio estabelecida no artigo 25.º da Lei 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei 37/2013, de 14 de junho, relativamente aos anos de 2012 e 2013, a que se refere o n.º 5 do artigo 57.º;*
- g) Prazos para autorização de pagamentos e cobrança de receita.*

2 - São aplicáveis às EPR as restantes regras previstas no presente capítulo, incluindo as relativas à:

- a) Prestação de informação prevista no capítulo respetivo do presente decreto-lei;*
- b) Unidade de tesouraria.*

3 - A DGO emite instruções contabilísticas e técnicas para o envio em suporte eletrónico de informação orçamental e financeira das entidades referidas no n.º 1 sujeitas à aplicação do Decreto-Lei 158/2009, de 13 de julho, alterado pela Lei 20/2010, de 23 de agosto, pelo Decreto-Lei 36-A/2011, de 9 de março, e pelas Leis 66-B/2012, de 31 de dezembro e 83-C/2013, de 31 de dezembro, incluindo as que aplicam o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL). "

As EPR integradas no setor local deverão então adotar as premissas definidas no DLEO, com as devidas adaptações. Assim, afere-se que o módulo adotado ao nível da contabilidade orçamental assenta essencialmente num orçamento de base de caixa, não sendo exigível a figura do cabimento, não estando sujeito a alterações orçamentais nem à transição de saldos.

O artigo 56.º, integrado no Capítulo V, do DLEO 2014, previa ainda, no que concerne à informação sobre fundos disponíveis, compromissos, contas a pagar e pagamentos em atraso, que:

"1 - Independentemente da existência de pagamentos em atraso as entidades referidas no artigo 2.º da Lei 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei 37/2013, de 14 de junho, procedem, mensalmente, ao registo da informação sobre fundos disponíveis, compromissos assumidos, saldo inicial das contas a pagar, movimento mensal, saldo das contas a pagar a transitar para o mês seguinte e os pagamentos em atraso, até ao 10.º dia útil do mês seguinte a que se reporta, no suporte informático das seguintes entidades:

a) DGO, no subsetor da Administração Central do Estado e no subsetor da Administração Regional;

b) ACSS, I. P., no SNS;

c) DGAL, no subsetor da administração local;

d) IGFSS, I. P., no subsetor da segurança social.

A Lei no 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA) é aplicável às empresas públicas reclassificadas por força do seu artigo 2º, o qual preconiza na alínea a) do nº 1 do artigo 6º que, " a *assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, (...) está sujeita a autorização prévia por decisão conjunta dos membros do governo responsáveis pela área das finanças e da tutela, quando envolvam entidades pertencentes aos subsetor da administração central, direta e indireta, (...)*".

Em 21 de junho de 2012 foi publicado o Decreto – Lei no 127/2012, o qual estabeleceu as normas disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação dos compromissos e dos pagamentos em atraso e à operacionalização da prestação da informação constante no artigo 10º da LCPA.

O artigo 2.º do referido normativo refere que " *O presente diploma aplica -se às entidades referidas no artigo 2.º da LCPA*". Este artigo da LCPA designa quais as entidades às quais se aplicam as regras aí previstas, expedindo para o artigo 2º da Lei de Execução Orçamental, o qual, conforme preteritamente referido, inclui as empresas públicas reclassificadas.

Deste modo, não só a Lei n.º 8/2012 se aplica às EPR mas também o DL 127/2012, que operacionaliza a LCPA, e inerentemente a obrigatoriedade da prestação de informação que dela decorre.

Enaltece-se que, de acordo com o artigo 11º da LCPA, "*a violação do previsto na presente lei incorrem em responsabilidade civil, criminal, disciplinar e financeira, sancionatória e ou reintegratória*", para os titulares de cargos políticos, dirigente, gestores e responsáveis pela contabilidade que assumam compromissos em violação da presente lei.

Neste contexto, as empresas públicas reclassificadas deverão dar cumprimento às disposições previstas no Decreto-lei n.º 127/2012, uma vez que este diploma regulamenta e disciplina os procedimentos necessários à aplicação da LCPA, que têm, equitativamente, que respeitar.

No que concerne à assunção de compromissos plurianuais, de acordo com o artigo 6.º da LCPA, está sujeita à autorização prévia conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da tutela, quando envolvam entidades pertencentes ao subsector da administração central, direta ou indireta, e segurança social e entidades públicas do SNS, ou da autorização do membro do Governo Regional responsável pela área das finanças, quando envolvam entidades da administração regional ou da assembleia municipal, quando envolvam entidades da administração local.

As empresas do sector empresarial local regem-se pela Lei nº 50/2012, de 31 de agosto – Regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, pela lei comercial, pelos respetivos Estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do sector empresarial do Estado. A gestão de uma empresa local deve articular-se com os objetivos prosseguidos pelo Município.

No âmbito da responsabilização organizacional, bem como no âmbito do processo de tomada de decisão, poder-se-ão considerar como decisores financeiros no setor local, os titulares dos órgãos executivos de empresas locais ou participadas, nomeados pelas respetivas assembleias gerais em relação às quais as entidades públicas participantes disponham de poderes de controlo, nos termos enunciados

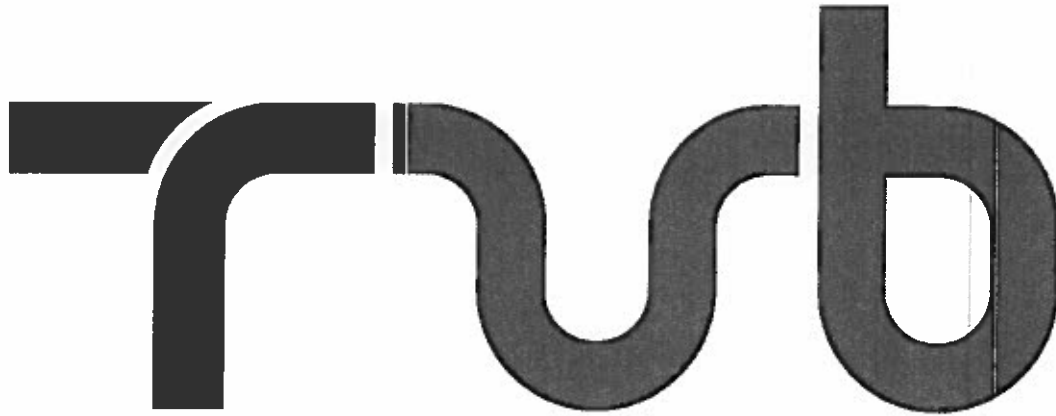
no Sistema Europeu de Contas, sendo aquelas assembleias gerais integradas por representantes das entidades públicas participantes designados pelos respetivos órgãos executivos.

O n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012 preconiza que *"Sem prejuízo do disposto na lei comercial quanto à prestação de informações aos sócios, as empresas locais devem facultar, de forma completa e atempadamente, os seguintes elementos aos órgãos executivos das respetivas entidades públicas participantes, tendo em vista o seu acompanhamento e controlo:*

- a) Projetos dos planos de atividades anuais e plurianuais;*
- b) Projetos dos orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com o Estado e as autarquias locais;*
- c) Planos de investimento anuais e plurianuais e respetivas fontes de financiamento;*
- d) Documentos de prestação anual de contas;*
- e) Relatórios trimestrais de execução orçamental;*
- f) Quaisquer outras informações e documentos solicitados para o acompanhamento sistemático da situação da empresa local e da sua atividade, com vista, designadamente, a assegurarem a boa gestão dos fundos públicos e a evolução institucional e económico – financeira"***

Face ao exposto, faz sentido que a assunção de compromissos plurianuais seja remetida pelo órgão executivo da empresa local à assembleia geral da empresa para aprovação, devendo dessa mesma aprovação ser dado conhecimento aos sócios, por forma a assegurar a transparência da informação disponibilizada, bem como facilitar a disponibilização da informação inerente à gestão e utilização dos ativos públicos.

Março 2015



**TRANSPORTES
URBANOS DE BRAGA**

**PROCEDIMENTO
DE
CONCURSO PÚBLICO
PARA
FORNECIMENTO DE GASÓLEO
201__**

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO

O presente procedimento de concurso público tem por objecto o fornecimento de gasóleo simples a granel para a frota de veículos pesados dos TUB/EM, de acordo com as condições estabelecidas no Caderno de Encargos.

2. ENTIDADE ADJUDICANTE E ORGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

2.1 A Entidade Adjudicante são os TUB – Empresa Transportes Urbanos de Braga – Empresa Municipal, adiante designada por TUB/EM, sitos na Quinta de Santa Maria – Maximinos 4700-244 BRAGA, com o número de telefone 253606890, fax n.º 253606899 e correio electrónico geral@tub.pt.

2.2 O órgão que tomou a decisão de contratar é o Conselho de Administração da Entidade Adjudicante referida no ponto 2.1 deste Programa do Concurso.

3. MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DATA LIMITE PARA A RECEPÇÃO DA MESMA

1. As propostas, e os documentos que as acompanham, devem ser apresentadas no prazo de 50 dias, até às 23H59M do último dia, a contar da data de envio do anúncio para publicação no Diário da República e no JOUE, no portal <http://www.acingov.pt/acingov/>.

2. O concorrente deve prever o tempo necessário para a inserção da proposta e documentos que as acompanham, bem como para a sua assinatura electrónica, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõe, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora definida no número anterior.

4. PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS.

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são competência do Júri do Concurso e devem ser solicitados até ao fim do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.

5. DOCUMENTOS DA PROPOSTA

1.A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo, sendo constituída pelos seguintes documentos, obrigatoriamente redigida em língua portuguesa:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I ao CCP, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- b) Documento contendo o atributo da proposta elaborado de acordo com o "Modelo de Proposta" anexo, isto é, documento que tenha o desconto fixo por cada litro de combustível a fornecer, que durante a vigência do contrato, será aplicado ao valor do litro de gasóleo simples a granel publicado a cada segunda-feira no website DGEG (<http://www.dgeg.pt>). O valor do desconto será apresentado em algarismos e por extenso, sem atribuição do IVA à taxa legal em vigor.
- c) As propostas deverão contemplar a indicação do abastecimento, de forma a garantir que o nível do depósito da entidade adjudicante nunca seja inferior a 4.000 Litros da sua capacidade que é de 24.000 Litros;
- d) As propostas deverão contemplar a indicação do tempo de resposta que garanta o reenchimento integral do tanque de abastecimento dos TUB/EM, após solicitação urgente da entidade adjudicante durante o período de expediente;
- e) As propostas deverão conter a indicação de que o concorrente aceita o foro de Braga para as questões emergentes do presente concurso e correspondente contrato e o que se acha prescrito na legislação em vigor, renunciando a qualquer outro foro;
- f) Podem igualmente integrar a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente considerar indispensáveis para os atributos da proposta apresentada.

2. Os documentos da proposta serão obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

6. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES

Não se aceitam propostas variantes.

7. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes comprometem-se a manter válidas as respectivas propostas por um período de 66 dias, a contar da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

8. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

- 1 - A adjudicação é feita de acordo com o critério do preço mais baixo.
- 2 - O preço mais baixo corresponderá ao valor que resultar do desconto mais alto proposto, aplicado ao valor do litro de gasóleo simples _____ a granel _____ publicado no dia ____ de ____ de _____ no website DGE (<http://www.dgeg.pt>).
- 3 – No caso de o mais baixo preço constar de mais do que uma proposta, deve ser adjudicada aquela que tiver sido apresentada mais cedo.

9. VALOR E MODO DE PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

O valor da caução é de 5% do valor do contrato. A caução é prestada de acordo com o disposto no artigo 90º do Código dos Contratos Públicos.

10. ADJUDICAÇÃO

A decisão de adjudicação ao concorrente é da exclusiva responsabilidade dos TUB/EM e será tomada de acordo com o disposto nos artigos 73º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

11. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

O adjudicatário deve entregar no prazo de 8 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II ao Código dos Contratos Públicos;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Licença para o fornecimento de combustíveis petrolíferos em Portugal.

12. CONTRATO

1 - As despesas inerentes à elaboração e assinatura do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.

2 - O adjudicatário compromete-se a aprovar a respectiva minuta do contrato no prazo de 6 (seis) dias após a data da sua receção, sendo apenas admissíveis reclamações quando dela constem obrigações não contidas nos documentos que serviram de base ao concurso ou na proposta do adjudicatário, quando esta não contrarie aqueles.

3 - Do contrato farão parte as especificações técnicas do produto a fornecer de acordo com a norma EN590, que deverão ser apresentadas até à assinatura daquele, pelo que a sua não entrega pelo adjudicatário terá como consequência a não assinatura do contrato, situação que será havida, para todos os efeitos, como recusa em contratar.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

O concorrente a quem for adjudicado o procedimento obriga-se ao cumprimento da lei do selo em todos os documentos que exijam esse imposto, assim como ao reconhecimento notarial das respectivas assinaturas na qualidade e com poderes para o acto, quando exigido.

14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa, aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos.

CADERNO DE ENCARGOS

1 CONDIÇÕES GERAIS

1.1 OBJECTO E VALOR BASE

1.1.1

Pelo presente caderno de encargos estabelecem-se as condições gerais para o fornecimento de, no máximo, 7.500.000€ (sete milhões e quinhentos mil euros) de gasóleo simples a granel destinado ao abastecimento da frota de viaturas dos TUB/EM.

1.2 DURAÇÃO DO CONTRATO

1.2.1

A duração do contrato será de um ano a contar da data do início da sua vigência que só se verificará com a obtenção do visto prévio do Tribunal de Contas. No entanto o contrato só se manterá válido até à data do seu termo, incluindo eventuais renovações, ou até ao momento em que atinja o seu valor contratual máximo.

O contrato pode ser renovado por decisão da entidade adjudicante, por períodos de um ano, até ao máximo de duas renovações.

1.3 PAGAMENTOS

1.3.1

O adjudicatário enviará as facturas respeitantes ao fornecimento, devidamente discriminadas, dentro dos 8 dias seguintes ao fornecimento.

1.3.2.

As facturas serão conferidas pelos serviços da entidade adjudicante, que as aceitam ou rectificam, notificando o adjudicatário no prazo máximo de 8 dias desde que ocorra a segunda hipótese.

1.3.3

Os pagamentos serão efectuados no prazo de 30 dias e de acordo com o Decreto-Lei 62/2013, de 10 de Maio.

2. OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

2.1.

O *stock* do gasóleo existente nos depósitos é pertença do adjudicatário, apenas sendo facturado o consumo efectuado, registado nos contadores volumétricos das bombas, instalados pelo adjudicatário.

2.2

O adjudicatário terá de garantir atempadamente o fornecimento do combustível, bem como a qualidade do mesmo.

2.3.

O adjudicatário obriga-se à execução dos testes necessários à verificação do nível de águas e outros resíduos e à limpeza do respectivo reservatório, de acordo com o estabelecido na lei em vigor ou, na falta dela, pelo menos de três em três meses, e sempre que o adjudicante o solicite.

2.4

É da responsabilidade do adjudicatário controlar a quantidade de combustível no depósito, de forma a assegurar que o nível do depósito nunca seja inferior a 4.000 Litros da sua capacidade.

2.5

Além do acima referido, o adjudicatário obriga-se a:

- a) Fornecer combustível que cumpra os requisitos da legislação em vigor;
- b) Proceder à medição do nível de águas e outros resíduos existentes no depósito instalado com uma periodicidade trimestral;
- c) Analisar o combustível fornecido e existente no depósito sempre que surjam dúvidas plausíveis relativamente à sua qualidade, bem como o equipamento e sua aferição de acordo com os parâmetros legais, com uma periodicidade trimestral.
- d) Abastecer na íntegra o depósito instalado na sede do Primeiro Outorgante num período de tempo compreendido entre 60 e 90 minutos, após solicitação urgente do primeiro Outorgante, durante o seu período de expediente.
- e) Instalação de uma sonda eletrónica e comunicação constante do combustível existente.
- f) Comunicação dos abastecimentos realizados por email e sms.

2.6

É da responsabilidade do adjudicatário a correta aferição das bombas de combustível, de acordo com a legislação em vigor ou, na falta dela, pelo menos de três em três meses, ou

sempre que o adjudicante o solicite, de forma a garantir que a quantidade abastecida corresponde à quantidade indicada no visor.

2.8.

É da responsabilidade do adjudicatário a correta aferição da sonda eletrónica, de acordo com a legislação em vigor ou, na falta dela, pelo menos de três em três meses, ou sempre que o adjudicante o solicite, de forma a garantir que a quantidade em depósito lida por este sistema corresponde à quantidade real existente no depósito.

2.8.

- 1- As obrigações e responsabilidades legais e contratuais do Adjudicatário deverão ficar abrangidas por apólices de seguro de responsabilidade civil que cubram as actividades objecto do presente caderno de encargos
2. O adjudicatário deverá apresentar as apólices mencionadas no número 1, até à data de início da execução do contrato.

3. FORÇA MAIOR

1. Considera-se caso fortuito ou de força maior o evento ou a ocorrência pelo qual as Partes não sejam responsáveis e para os quais não hajam contribuído e bem assim qualquer outro facto natural ou situação imprevisível ou inevitável, cujos efeitos se produzam, independentemente da vontade ou circunstâncias pessoais das Partes, tais como actos de terrorismo, rebelião, guerra, subversão, hostilidades, invasões, epidemias, ciclones, tremores de terra, fogo, raios, inundações, radiações atómicas, greves gerais ou sectoriais, bem como quaisquer outros eventos que afectem o cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato, desde que se verifique não poderem ser evitados por cuidados normais de vigilância e de prevenção por parte das Partes.
2. A ocorrência comprovada de caso fortuito ou de força maior terá por efeito exonerar o adjudicatário e a entidade adjudicante da responsabilidade pela mora, incumprimento ou pelo cumprimento defeituoso das obrigações decorrentes do presente Contrato, na exacta e estrita medida em que o cumprimento pontual das suas obrigações tenha sido impedido em virtude da ocorrência ou em que tal ocorrência tenha implicado o defeito do cumprimento.
3. Logo que tal seja possível, o adjudicatário deverá retomar o cumprimento das suas obrigações.

4. A Parte relativamente à qual o cumprimento de obrigações ficou prejudicado por caso fortuito ou de força maior deverá, logo que possível, comunicar à outra Parte tal ocorrência, devendo juntar, em tempo oportuno, todos os elementos susceptíveis de comprovar as razões invocadas.

5. Verificando-se a comprovada impossibilidade do cumprimento definitivo do Contrato pelo Adjudicatário em virtude da ocorrência de um caso fortuito ou de força maior, a entidade adjudicante poderá resolver o Contrato, através de notificação à outra Parte, não havendo lugar a qualquer indemnização.

4. RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbam, designadamente em caso de atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objecto do contrato.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, nem prejudica o direito de exigir uma indemnização pelos prejuízos causados pelo incumprimento.

5. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo omissos neste Caderno de Encargos, observar-se-á o estatuído no Código dos Contratos Públicos e na demais legislação aplicável.